

# PREFEITURA DE ALEGRETE



## Demonstrativo da Previsão da Receita do Poder Legislativo para 2025

Base de Cálculo do Poder Legislativo (Art. 29-A da CF e inciso VI do art. 59 da LC Federal n° 101/2000 e E. C. 58/2009)

I – Receita Efetivamente Realizada no Exercício Anterior – RREA (2024)

RECEITAS INCIDENTES	CÓDIGOS ORÇAMENTÁRIOS	ARRECADADO	ACUMULADO	PREVISÃO
		janeiro/julho	agosto/dezembro	TOTAL
Receita Tributária	1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	41.569.371,26	28.215.899,74	71.261.779,30
Contribuição de Servidor Ativo Civil	1.2.1.5.01.1.1.00.00.00	6.308.353,72	1.751.126,28	10.814.320,66
Contrib p/Custeio do Serv Ilum Públ – COSIP	1.2.4.1.50.0.1.00.00.00	1.366.973,21	2.363.056,79	3.730.030,00
Transf da União – Cota Parte do FPM	1.7.1.1.51.0.0.00.00.00	42.209.790,31	31.879.859,69	72.359.640,53
Transf da União – Cota Parte do ITR	1.7.1.1.52.0.1.00.00.00	1.327.453,60	6.011.546,40	7.339.000,00
Transf do Estado – Cota Parte ICMS	1.7.2.1.50.0.0.00.00.00	46.550.883,85	34.710.328,15	79.801.515,17
Transf do Estado – Cota Parte IPVA	1.7.2.1.51.0.0.00.00.00	10.198.957,16	1.769.400,84	11.968.358,00
Transf do Estado – Cota Parte IPI s/ Exp	1.7.2.1.52.0.0.00.00.00	577.714,24	224.501,76	990.367,27
Transf do Estado – Cota Parte da CIDE	1.7.2.1.53.0.0.00.00.00	49.069,58	12.520,00	84.119,28
Transf do Estado – Cota Parte art. ITCD	1.7.2.1.98.0.0.00.00.00	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções das receitas acima (exceto CP= 105)	1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	-1.147.639,49	-819.742,49	-1.967.381,98
<b>Total Receitas Base de Cálculo</b>		<b>149.010.927,44</b>	<b>106.118.497,16</b>	<b>256.381.748,23</b>
<b>Percentual Constitucional - Art. 29-A (até 7%)</b>			<b>Até 7%</b>	<b>17.946.722,38</b>
<b>Amortização do R P P S</b>				<b>0,00</b>
	<b>DUODÉCIMO ANUAL</b>			<b>17.946.722,38</b>
	<b>DUODÉCIMO MENSAL</b>			<b>1.495.560,20</b>
<b>Observações</b>				
1-Fonte: Balancete da Receita PMA jan/jul 2024				
2- A receita da Dívida Ativa e as Multas e Juros de mora da D.A. dos Tributos estão inseridas na Receita Tributária, conforme nova classificação editada pelo TCE/RS				
3- O grupo de Receitas da Dívida Ativa Contribuição Servidor Ativo p/ o RPPS foi EXTINTO - TCE/RS – PCASP				
4- A Amortização do RPPS, correspondente ao Poder Legislativo, passou a ser financiado mediante recurso próprio, no exercício 2023, conforme estipulado na Lei municipal n° 6.577/2022				
5- A Cota extra do FPM - 1% de julho, 1% de setembro, 1% de dezembro e Cota Extra FPM LC 198/2023 estão inseridos na estimativa de transferência do FPM principal				